

Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas

Organização do MEPP para a Juventude Comunista Estudantil

Sobre o Decreto de Gestão do Ensino Superior**CONTRA A POLÍTICA ANTI-DEMOCRÁTICA DO MEIC!****CONTRA O CONTROLO SOCIAL - FASCISTA
DA UNIVERSIDADE!****PELA MAIS AMPLA DEMOCRACIA NAS ESCOLAS!****Declaração do Comité Executivo do Comité Central da
Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas****I - POLÍTICA DO MEIC, UMA CORTINA DE FUMO**

Ouvindo o discurso do Ministro Cardia ou lendo a introdução ao Decreto-Lei nº781-A/76 de 28 de Outubro, poderia parecer, à primeira vista, que as medidas a serem tomadas pelo MEIC iriam por termo ao controlo político e ideológico e, em muitos casos, ao terrorismo imposto pelos social-fascistas do P'CP-IP'UP nas escolas do ensino Superior.

Não é essa, no entanto, a realidade. O discurso e os decretos de Cardia não passam de uma cortina de fumo por detrás da qual se protegem as posições dos social-fascistas, se redistribui a Universidade pelos restantes sectores da burguesia e, acima de tudo, se lança ao ataque sobre as conquistas democráticas das massas. É bem significativo o facto de na sua alocução televisiva não ter sequer referido a situação da Universidade de Coimbra onde o clima de agressão, intimidação e controlo social - fascista é por demais conhecido da opinião pública.

A política do Governo Constitucional para o ensino é demagógica, pois procura aproveitar-se dos profundos sentimentos de repulsa das massas estudantis e do povo pela política dos revisionistas, para legitimar todas as suas medidas anti-democráticas e anti estudantis. O aspecto essencial, a defesa da democracia e o desmantelamento do domínio do partido de Barreirinhas Cunhal e seus filhotes, nem sequer é tocado.

Desmascarar, na base dos factos, toda a gritaria dos social-fascistas contra a política do MEIC, que não passa de divergências secundárias, e combater as medidas anti-democráticas do Governo Constitucional, é tarefa urgente que a FEM-L e todos os sectores progressistas das escolas devem tomar em mãos sem perda de tempo, por maior que seja a demagogia. Os demagogos são os piores inimigos das massas.

II - QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA ACTUAL SITUAÇÃO NA UNIVERSIDADE?

Atribui-se ao sistema democrático de Gestão das Escolas a responsabilidade pela situação existente, segundo o MEIC, de degradação da qualidade do ensino, de contratação de docentes sem qualificação académica e pedagógica, pela deterioração dos métodos de avaliação de conhecimentos, etc.

Na nossa maneira de ver, o sistema Universitário, como antes do 25 de Abril, continua a não servir o povo e as suas necessidades, veícula uma política e uma ideologia



logia contrárias aos seus interesses, não é científico, nem patriótico, e é a incompetência burguesa, o oportunismo e o carreirismo aquilo que o caracteriza.

Efectivamente, foram os social-fascistas do P'C'P que, aproveitando-se do grande movimento revolucionário das massas estudantis contra o conteúdo, os métodos e os professores fascistas, tomaram de assalto todos os órgãos da Universidade, introduziram os seus capangas como professores e assistentes, seguindo assim o mesmo método do favoritismo adoptado anteriormente pelos fascistas que promoviam a assistentes e professores verdadeiras nulidades, mas filhos do sr. Ministro, do sr. Banqueiro ou do sr. Industrial. Agora, a diferença é que para ser assistente ou professor em grande número basta ter o cartão do P'C'P, do M'ES, ou da U'D'P. Verdadeiros charlatões da cultura, pseudo-marxistas, que revêm a ciência universal do marxismo-leninismo, passeiam a sua incompetência nas escolas e quem os desmascara é logo apelidado de "fascista". Por outras palavras, a música é a mesma mas mudaram os maestros. Quanto à avaliação de conhecimentos é sabido que basta pertencer a uma dessas organizações para se passar pois tem-se "uma prática progressista"...

De quem é, então, a responsabilidade desta situação? É do sistema democrático de Gestão das Escolas ou do oportunismo e golpismo dos social-fascistas que se apoderaram da Universidade para melhor poderem instaurar a sua ditadura reaccionária? O que se deve atacar, o controlo social-fascista ou a gestão democrática das Escolas?

Está muito enganado o MEIC estão também enganados os conciliadores que pensam quebrar o domínio social-fascista com decretos anti-democráticos como o que o ministro Cardia concebeu. Estas medidas estão contra as massas, contra as suas aspirações progressistas e os estudantes vão levantar-se em luta. Só as massas podem escorrer da Universidade os social-fascistas assim como o fizeram aos fascistas.

O que temos a dizer ainda é que legislar é fácil, mas aplicar as leis é bem mais difícil quando essas leis são contra o povo. Aliás, só podemos comparar este frenezim legislativo do governo P'S' e as suas medidas anti-populares, com o V Governo de Vasco Gonçalves nos dias que antecederam a sua queda. No fundo, é a mesma política e a mesma incapacidade de a burguesia resolver a crise do seu sistema de exploração.

III - DECRETO DE GESTÃO, DECRETO DE TRANSIÇÃO

O decreto sobre a gestão das escolas do ensino superior é bem o espelho da política do governo pequeno burguês: conciliador com fascistas e social-fascistas, tentando igualmente conciliar o proletariado com a burguesia, enquanto toma todas as medidas anti-populares no interesse da contra-revolução no seu conjunto.

Decididamente que o decreto do MEIC não tem futuro. Nem serve as massas, nem serve cabalmente a fascista e a social-fascistas. Ele resulta dum equilíbrio de forças que vai romper-se e que vai deitar o governo P'S' para o caixote do lixo como coisa impréstável. Ao mesmo tempo que procura assegurar o controlo social-fascista nos Conselhos Directivos, pois dominam a maioria do corpo docente, o decreto distribui aos outros sectores da burguesia - incluindo os fascistas - os Conselhos Científicos, já que por eleição nunca poderiam entrar nas escolas.

Nestes dois anos de luta dos estudantes foi praticado na maioria das escolas do ensino superior um sistema democrático de gestão assente na:

- Soberania das A.G.E. como órgãos deliberativos das escolas;
- Eleição dos Conselhos Directivos por sufrágio directo e universal na base da apresentação de listas e de programas;
- Representação paritária estudantes-professores e a participação de todos os sectores na vida da escola.

O Decreto-Lei é um ataque aberto contra os estudantes portugueses e abre caminho a toda a sorte de medidas repressivas e autoritárias:

1 - Esvazia o conteúdo das A.G.E., retirando-lhe qualquer poder deliberativo, limitando as suas funções a apreciar, apreciar, ...

2 - Visa criar um parlamento nas escolas, chamado Assembleias de Representantes, com o objectivo de substituir as A.G.E. e de impedir a expressão directa da vontade democrática das massas. Este parlamento, estrutura burocrática e pesada, não tem condições de funcionar e constitui mais um factor de paralisação das escolas.

3 - A formação dum Conselho Científico vitalício e não eleito, para além de

de abrir as portas a fascistas e social-fascistas sem qualquer controlo das massas, é um órgão no qual são depositadas as funções vitais da actividade das escolas: com tratamento de docentes e os planos de estudos. Este órgão em nada difere dos velhos Conselhos Escolares, e das velhas instituições académicas reaccionárias, agora com alguns "doutores" social-fascistas à mistura.

4 - Do ponto anterior decorre, que aos Conselhos Directivos eleitos pelo tal parlamento, apenas competem funções burocráticas e administrativas, atribuindo-se ao seu Presidente funções equiparadas às dos antigos reitores.

5 - Retoma-se a ideia dos Conselhos Disciplinares, ainda não regulamentados, mas que provavelmente serão conduzidos pelos "gorilas" marcelistas ou pelos arruaceiros tipo MUP, já tão conhecidos dos estudantes.

Este decreto não tem qualquer viabilidade política de ser aplicado e o seu objectivo é abrir caminho ao so encerramento das escolas ou à nomeação de reitores.

IV - P'CTP-U'DP: TRAIÇÃO À LUTA E NEGOCIAÇÃO COM O MEIC O CONTROLO DA UNIVERSIDADE

A política de traição aos estudantes portugueses por parte do P'CTP-U'DP vai culminar no Encontro Nacional dos Conselhos Directivos e AAFE a realizar no IST no dia 10 de Novembro. Até agora, não têm passado das já estafadas noções de renúncio à política de "direita" do MEIC, impedindo que se decidam acções concretas nas escolas. O seu pretexto é que não se tomem medidas "unilaterais que comprometam a acção unitária das escolas até ao Encontro do dia 10". O objectivo é simples: aprovar a golpe as suas propostas no Encontro sem que algum estudante deste país as tenha discutido para, em seguida, as imporem às massas e ao MEIC, como a posição final da Universidade.

É uma descarada traição que se prepara nas costas das massas que devem perguntar qual o direito que tais Conselhos Directivos e AAFE têm para aprovar propostas em nome dos estudantes portugueses sem previamente as discutirem nas escolas.

Tais oportunistas não atacam o decreto do MEIC, apenas lamentam que este os não tenham consultado, quando Conselhos Científicos só hajam doutores, que isso é marginalizar os assistentes, etc.. Manipular a consciência das massas contra o Governo, para esconder a sua política, utilizar as massas como força de choque para as negociações com o MEIC, é a tática claramente posta em prática pelo P'CTP-U'DP.

Para aplicar a sua política de traição, de travão às lutas, necessitam de controlar a golpe os órgãos de mobilização e luta dos estudantes, as suas Comissões de Curso, as AAFE e a UNEP, transformando-as numa Intersindical para estudantes, que manobra nas suas costas e que é instrumento fiel da tática da "maioria de esquerda" e da sua estratégia de instaurar uma ditadura contra-revolucionária mais feroz que a que submeteu o nosso povo durante dezenas de anos, através do novo 25 de Novembro que estão na forja. Contam para isso com uma apreciável frota de submarinos trotskistas e revisionistas ancorados na J'S' e nas direcções das AAFE da AACoimbra, Letras, Direito e Medicina de Lisboa, uns e outros serão varridos pelos estudantes, e iludem-se os conciliadores que querem alianças ou que sonham ver os dirigentes social-fascistas da J'S' a combater a política do P'CTP-U'DP ou a defenderem a política governamental. Tais conciliadores fazem o jogo dos social-fascistas e não serão poupados pelas massas.

V - PELA MAIS AMPLA DEMOCRACIA NAS ESCOLAS, PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DAS MASSAS

O Decreto de Gestão é um ataque à democracia e em defesa da democracia devem levantar-se os estudantes portugueses. Mas isto passa inevitavelmente pelo desmantelamento do controlo social-fascista. Só os reaccionários temem a democracia directa para melhor manipularem as massas, para impedir o debate de opiniões e o amplo esclarecimento dos estudantes. Não é assim de admirar que os social-fascistas, com desatque para os U'D'Pides de Engenharia do Porto, aceitem a Assembleia de Representantes como "via democrática para a gestão das escolas".

Nós, comunistas, entendemos que só na unidade das amplas massas, na unidade de todas as forças democráticas é possível obter a vitória. Os sectores democráticos que pensam ser melhor apoiar a política do MEIC vão por mau caminho.

Temos um programa de luta muito concreto, o único susceptível de agrupar os estudantes portugueses, de pôr cobro ao controlo social-fascista e de obstar às medidas anti-democráticas do Governo Constitucional. As massas estudantis devem exigir em grandes A.G.E., de acordo com as características próprias de cada escola:

1 - A demissão imediata de todos os Conselhos Directivos social-fascistas e que caducaram os seus mandatos no início do ano lectivo;

2 - A marcação de eleições durante este período, por votação através de sufrágio directo e universal dos novos Conselhos Directivos, por apresentação de listas de representação paritária dos diversos sectores da escola e por programas submetidos a debate;

3 - Os órgãos de natureza científica e pedagógica devem ser eleitos pela escola e devem nortear-se por critérios objectivos de consistência científica e pedagógica e de idoneidade política reconhecivelmente democrática;

4 - A reafirmação do carácter deliberativo das A.G.E. em todas as questões essenciais ao funcionamento das escolas;

5 - A homologação pelo MEIC dos órgãos democraticamente eleitos;

6 - A recusa frontal à aplicação do Decreto-Lei sobre a Gestão das escolas do Ensino Superior.

Quem vai combater este programa democrático ?

Não temos dúvidas, que à frente e com grande desespero vão estar os novos fascistas do P'CTP-U'D'P que vêm assim desmascarada a sua demagogia. Se defenderem a gestão democrática, se confiam nos estudantes, porque temem a marcação de novas eleições?

Os comunistas não têm ilusões acerca do aparelho de Estado da burguesia: é um instrumento da opressão e da exploração sobre o povo e face a ele temos uma atitude de princípio: é preciso destruí-lo pela raiz. Não há construção sem destruição. Contudo, entendemos que a gestão democrática das escolas é um processo útil e necessário para elevar a consciência das massas, para lhes fazer compreender a necessidade da sua organização autónoma.

Não temos quaisquer espécie de ilusões quanto à luta que se vai travar. A luta vai ser dura mas nós não vergamos. Temos uma confiança ilimitada nas massas e na sua capacidade de lutar. O decreto do MEIC é uma declaração de guerra, novos ataques se preparam. Na manga do ministro Cardia estão já os cortes orçamentais e o estrangulamento da Universidade. Somos os primeiros a denunciá-lo e a chamar as massas à luta e à organização.

Sem organização os estudantes nada terão. Os dirigentes traidores e conciliadores devem ser varridos dos órgãos das massas. A intersindical estudantil, esse órgão de traição à luta dos estudantes que dá pelo nome de COMORG (R), reconstituída no ENDA de 7 de Novembro a golpe e contra quase metade das AAFE presentes, é o principal instrumento da política do P'CTP-U'D'P para o controlo social-fascista da Universidade. Tal estrutura está contra as massas e o seu futuro vai ser o mesmo da defunta pró-UNEP. É tão certo como P'CTP e U'D'P serem pai e filho!

Os comunistas devem cesar ser a minoria para ganharem a maioria. Os pontos de vista de capitulação devem ser energeticamente combatidos. Há que tomar a iniciativa convocar grandes reuniões de massas, fazer agitação e propaganda e organizar as massas para a luta. A justa política de Frente Única Democrática Popular aplicada no seio das massas sem transigências nos princípios é a chave da vitória!

Lisboa, 9 de Novembro de 1976

COMITÉ EXECUTIVO DO
COMITÉ ESTRELA VERMELHA-RIBEIRO SANTOS
COMITÉ CENTRAL DA FEM-L